

Capítulo 1

**Divisão Inter-regional e Internacional do Trabalho
(Vantagens Absolutas e Relativas)**

Smith não é apenas o pai da Economia, mas, igualmente bem, o pai da Economia Regional. Não obstante, a correção de suas teses centrais sobre o tema da dinâmica econômica regional (objeto do próximo capítulo) não pode ser adequadamente apreendida sem que resgatemos, primeiramente, um desenvolvimento teórico que só veio à luz várias décadas após a publicação de *A Riqueza das Nações*: a teoria das vantagens relativas de David Ricardo.

Usualmente analisa-se (e critica-se) a teoria ricardiana do comércio internacional a partir de suas prescrições políticas de cunho liberal. Mas isto é um grave equívoco. Na realidade, a pretensão de que a divisão internacional (e inter-regional) do trabalho possa ser eficientemente definida a partir do mercado é uma tese tão simplória e tão ideológica quanto independente da teoria das vantagens relativas. Esta última, pelo contrário, é um dos alicerces da ciência econômica. E isto na exata medida em que é o desdobramento necessário e inóbvio (por oposição ao senso comum) dos distintos padrões de circulação de capitais e trabalhadores entre países e regiões. Para que se entenda este ponto,

é necessário apresentar primeiramente o padrão de vantagem competitiva absoluta (por oposição às vantagens meramente relativas) que rege a divisão inter-regional do trabalho.

Na esteira de Ricardo, imaginemos uma economia muito simples em que o lucro é proporcional ao capital empregado e este último é proporcional ao somatório dos salários pagos aos trabalhadores envolvidos diretamente na produção de um bem “x” qualquer, acrescidos dos salários pagos na produção das matérias-primas e insumos necessários à produção de “x”. Se os lucros são proporcionais ao capital e este é redutível aos salários (que, por sua vez, são proporcionais ao volume de trabalho simples empregado), temos que **o valor dos distintos bens é proporcional à quantidade de trabalho envolvido na produção dos mesmos**¹.

Imaginemos um país com duas regiões caracterizadas por uma grande diferença em termos de fertilidade do solo, temperatura, pluviometria, disponibilidade de rios navegáveis e água potável e disponibilidade de recursos minerais. As diferenças são de tal ordem que todos os bens podem ser produzidos na região “A” a partir da mobilização de um número muito menor de trabalhadores do que o necessário para a produção dos mesmos bens na região “B”. Suponhamos que o salário seja determinado nacionalmente e seja uniforme para as mesmas categorias profissionais. Neste caso, a contratação de um número maior de trabalhadores e a utilização de um volume maior de insumos para enfrentar as deficiências naturais em “B” determinarão uma elevação dos custos de produção nesta região em relação à região “A”. E o resultado inexorável será que a região “B” sofrerá um esvaziamento econômico (ou sequer será ocupada economicamente). Seus recursos **não** serão mobilizados na produção até que se esgotem todas as possibilidades de exploração/produção na região “A”.

Imaginemos, agora, que “A” e “B” **não** são duas regiões, mas dois países. Imaginemos, ainda, que os trabalhadores do país “A” (onde a produtividade é maior) se mobilizem para impedir a imigração dos trabalhadores de “B”, com vistas a cercar a concorrência e a depressão dos seus próprios salários. Da mesma forma, os empresários de “A” buscarão impedir a entrada de empresários de “B”, pois isto importaria uma elevação de demanda (e dos preços) dos serviços dos trabalhadores e dos insumos e uma ampliação da oferta (e depressão dos preços) dos bens finais. Imaginemos que a mobilização de trabalhadores e empresários seja bem-sucedida e o Estado imponha limitações ao livre ingresso de imigrantes e capitais no país “A”. O que acontecerá com “B”?

A resposta intuitiva é que “B” importará tudo de “A”. Mas, se isto ocorrer, “B” não produzirá nada. E, sem produzir, não terá recursos para pagar suas importações; vendo-se obrigado a produzir tudo, a despeito de sua menor produtividade. Entre as duas opções extremas - importar tudo ou produzir tudo – qual será a solução real? Esta é a questão de Ricardo.

Com vistas a explorar melhor os desdobramentos lógicos de sua resposta à questão acima, vamos seguir Ricardo e construir exemplos baseados em referências histórico-empíricas. Os países do nosso exemplo serão, pois, o Brasil e a Argentina. Suponhamos que o Brasil apresente produtividade superior em todas as atividades, de sorte que todos os bens produzidos neste país apresentem menores “custos absolutos”; vale dizer, podem ser produzidos com a mobilização de um número menor de trabalhadores. Suponhamos, ainda, que a produção e a demanda dos dois países sejam compostas de apenas dois bens: carne e café (este último, produzido em estufas na Argentina). O Quadro 1, abaixo, sistematiza estas informações.

Quadro 1. Valores e Preços da Carne e do Café no Brasil e na Argentina

Bens	Brasil		Argentina	
	Custo em Tr	Preço	Custo em Tr	Preço
Carne	15 horas	15 reais	20 horas	2 pesos
Café	10 horas	10 reais	40 horas	4 pesos

Suponhamos, por fim, que a taxa de câmbio entre Reais e Pesos seja, originalmente de 10 Reais = 1 Peso. Neste caso, a carne brasileira na Argentina custará 1,5 Pesos (50 centavos mais barata que a carne do próprio país) e o preço do café brasileiro será de 1 Peso (3 Pesos mais barato do que o café argentino). Nestas condições, a Argentina importará os dois bens do Brasil, abandonando qualquer produção. Como resultado, a demanda por Reais (moeda na qual são pagas as importações do Brasil) se ampliará na Argentina e a demanda por Pesos será nula no Brasil, impondo a valorização do Real.

Imaginemos que, como resultado destas mudanças na demanda por Reais e Pesos, a taxa de câmbio seja alterada para algo como 5 Reais por Peso (5:1). Neste caso, a carne produzida no Brasil ao preço de 15 Reais passará a custar 3 Pesos na Argentina, ficando mais cara que a carne nacional (vendida a 2 Pesos). Desta forma, a Argentina voltará a produzir carne e a exportará para o Brasil, enquanto o Brasil ampliará a produção de café, com vistas a atender o mercado nacional e o argentino.

Em suma: a partir de flutuações cambiais² e, por extensão, nos preços em moeda nacional da produção externa, viabiliza-se a especialização produtiva e a exportação para o mercado mundial de **países que apresentam desvantagens absolutas em todos**

os setores de atividade. Estes países vão se inserir na divisão internacional do trabalho, produzindo e comercializando os bens que apresentam **menores desvantagens absolutas**, vale dizer, os bens nos quais apresentam **vantagens (meramente) relativas**³.

Malgrado eles tenham sido apenas insinuados pelo autor, são inúmeros os desdobramentos deste achado revolucionário de Ricardo para a teorização da dinâmica econômica não apenas das nações mas, igualmente bem, das **regiões**. Desde logo, a conclusão mais importante é a de que **as nações periféricas (subdesenvolvidas) contam com mais instrumentos para enfrentar a satelitização perversa por parte dos territórios mais desenvolvidos do que as regiões periféricas de um país desenvolvido**. Enquanto as nações podem explorar instrumentos como a taxa de câmbio, as barreiras alfandegárias e as circunscrições legais ao ingresso de capitais e imigrantes, as regiões não têm qualquer controle sobre variáveis equivalentes, sendo induzidas à estagnação e, no limite, à depressão demográfica e ao abandono quando apresentam desvantagens absolutas generalizadas.

Aparentemente, Ricardo não extraiu todas as conclusões pertinentes de sua própria teoria porque, em seu tempo, o processo de desenvolvimento capitalista ainda não havia gerado as profundas desigualdades regionais que passaram a se manifestar a partir da segunda metade do século XIX. Serão os autores deste período – em especial, Marx [(1867), 1996] e Marshall ([1890] 1983) – que irão teorizar as vantagens associadas às escalas internas (grandes plantas) e externas (aglomeração)⁴. De forma bastante simplificada, poderíamos resumir a contribuição destes dois autores na tese de que as firmas e regiões pioneiras na produção de determinados bens desenvolvem *expertise* e conquistam vantagens competitivas perenes sobre as firmas e regiões novas que operam em pequena escala.

O reconhecimento da pertinência das contribuições de Marx e Marshall sobre o tema redundará nas teses de Myrdal ([1957] 1982) acerca da “causação circular cumulativa”. Segundo este autor, mesmo que uma região **não** apresente quaisquer vantagens competitivas **naturais** (associadas à fertilidade do solo, pluviometria, hidrovias, etc.), se ela for **precursora** na produção industrial de um bem “X” qualquer, ela acabará “estruturalizando” vantagens competitivas antes que as demais regiões possam instaurar sistemas produtivos competitivos. De forma igualmente resumida, Myrdal propõe que a consolidação de um núcleo de empreendimentos voltados à produção de um determinado bem estimulará a instalação de empresas voltadas ao fornecimento de insumos e de serviços industriais de transporte, energia e comunicação. O resultado será não apenas a depressão estrutural dos custos de produção do bem “X”. Como as diversas atividades apresentam vasos comunicantes, muitas vezes utilizando os mesmos equipamentos de transporte, de energia, de comercialização e de P&D básico instalados para o atendimento da indústria pioneira, a tendência seria a crescente concentração da riqueza, produção e renda em alguns poucos polos metropolitanos, cabendo ao restante do território funções relativamente subordinadas (como a produção de matérias-primas rurais) e de baixa agregação de valor.

As nações – cujas vantagens competitivas relevantes são meramente relativas – contariam com alguns instrumentos de política econômica capazes de driblar os efeitos mais perversos deste movimento de concentração espacial da produção. Mas as regiões – submetidas à exigência de vantagens absolutas – estariam fadadas a restringir sua produção tão somente aos (necessariamente poucos) bens nos quais apresenta produtividade absoluta superior⁵.

Igualmente importante para a teoria e o planejamento do desenvolvimento regional é um outro desdobramento do sistema ricardiano, que foi explorado com maestria por Albert Hirschman no (absolutamente brilhante e essencial) último capítulo de seu trabalho maior: *Estratégia de Desenvolvimento Econômico*. Para que se entenda este ponto é necessário entender que o ajuste cambial que permite o intercâmbio entre países de produtividade desigual **não** impacta uniformemente sobre as distintas regiões do país mais desenvolvido. Na realidade, se retomamos o exemplo anterior, fica fácil perceber que a região brasileira responsável pela produção de carne sofreria uma desaceleração econômica após a variação cambial, e a **perda de dinamismo poderia levar à estagnação crônica caso ela se mostrasse incapaz de efetivar uma conversão em direção ao café**.

No intuito de emprestar maior apelo empírico-intuitivo ao exemplo anterior, imaginemos que Brasil e Argentina produzam originalmente 4 produtos – carne, café, minério de ferro e vinho – e que o Brasil apresente vantagens absolutas em todos os produtos, mas a Argentina conte com vantagens relativas em carne e vinho. Através de um sistema consistente de variação cambial, a produção argentina de vinho e carne chegará ao Brasil a um **preço inferior ao similar nacional a despeito de seus custos reais serem superiores (vale dizer, a despeito de serem produzidos com a mobilização com maior volume de trabalho)**. E não há nada que os produtores de vinho ou carne possam fazer para impedir este ajuste cambial. Imaginemos, agora, que uma determinada parcela do território brasileiro (sua porção sul, na fronteira com a Argentina) apresente vantagens **internas** na produção de carne e vinho, mas não possa produzir café ou minério de ferro a preços competitivos⁶. O que acontecerá com esta região após a integração dos mercados do Cone Sul? O mais provável é que ela tenha sua matriz produtiva sucateada e entre em estagnação. Um movimento que **não** pode

ser contrarrestado pela elevação da produtividade **física interna**. A não ser que esta elevação de produtividade seja tamanha que supere o diferencial de produtividade do Brasil em ferro e café.

Como bem alerta Hirshman no texto referido, só há uma forma de escapar da tendência à estagnação das regiões que apresentam características edafoclimáticas e disponibilidade de recursos minerais similares ao de um competidor externo: a secessão. O que empresta racionalidade (e, no limite, explica) os movimentos (quase) secessionistas gaúchos, como **a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista**. Estes movimentos são o reflexo de diferenças produtivas que inviabilizam o “reconhecimento social” (via preços mediados pelo câmbio) da competitividade/produtividade da produção sul-brasileira de charque, trigo, lã, lácteos e vinhos.

Evidentemente, não se trata de pretender que as leis da divisão internacional e inter-regional do trabalho se imponham de forma inexorável. Mas trata-se, isto sim, de entender que: 1) nenhum país pode apresentar vantagens **relativas** em todos os produtos; 2) a ampliação das vantagens **absolutas** (produtividade) na produção de um bem qualquer **não** se converte em vantagens de preço no comércio internacional se não for, também, uma vantagem **relativa**; e 3) a integração econômica de países com perfis produtivos distintos induz à desestruturação dos sistemas produtivos relativamente menos vantajosos; e 4) esta especialização tem impactos dinâmicos distintos (quando não antagônicos) sobre as distintas regiões dos países envolvidos no processo.

Capítulo 2

Determinantes da Dinâmica Regional

Região X Nação

Tal como vimos no capítulo anterior, a distinção ricardiana entre vantagens absolutas – definidoras da divisão inter-regional do trabalho – e vantagens relativas – definidoras da divisão internacional do trabalho – é o alicerce primeiro da Economia Regional. O que já implica reconhecer que, **para a Ciência Econômica** (ainda que **não** para as demais Ciências Sociais), **a região é, necessariamente, um território sub-nacional**. E o que determina a **nação** do ponto de vista da Economia é a existência de uma organização particular – o Estado Nacional – que regula o fluxo (limitando os movimentos de ingresso do exterior e de saída para o exterior) de recursos financeiros, materiais e humanos. Para tanto, conta com diversos instrumentos legais, fiscais e aduaneiros, dentre os quais se salienta a unidade monetária própria e a capacidade de influenciar a relação entre preços internos e externos via taxa de câmbio. **Qualquer Estado que abra mão (voluntariamente ou não) dos instrumentos de controle do fluxo de recursos com**